

## Negociações específicas

# BB só diz 'não'

REPRESENTANTES DO BANCO DO BRASIL NA MESA DE NEGOCIAÇÕES NEGAM REIVINDICAÇÕES E ADIAM UMA RESPOSTA PARA DIA 20 DE SETEMBRO

Depois de duas rodadas de negociação, os representantes do Banco do Brasil negaram as reivindicações específicas dos funcionários e adiaram a apresentação de uma proposta para o dia 20 de setembro, data da próxima reunião.

Os representantes da empresa dizem que "não existem sobras no lucro do banco e qualquer benefício significa, na verdade, aumento no dispêndio da empresa". Contudo, esquecem de dizer que, somente nesse primeiro semestre, o lucro do BB cresceu 23%, em decorrência do esforço dos 110 mil trabalhadores, e que há totais condições de atender às reivindicações dos funcionários.

Dentre as principais reivindicações, está o respeito à jornada legal de 6 horas para todos, sem redução de salário. Mas, para o BB, trata-se de uma questão que não deve ser debatida nesta campanha salarial. "É um assunto de gestão do banco, não vamos tratar disso", afirmou um dos negociadores. Para o movimento sindical, é uma questão de respeito e cumprimento da lei. O banco alega, há



Contrat - CUT/Agnaldo Azevedo

algum tempo, que está fazendo estudos sobre a redução, mas não apresentou qualquer resultado. "O BB já deve ter pós-doutorado neste assunto, mas agora queremos que a jornada de 6 horas para todos esteja no acordo coletivo", afirma Ana Smolka, representante dos funcionários do BB no Paraná.

Outros temas como novas contratações, reversão das terceirizações (como do monitoramento dos TAAs nos CSOs) e o fim dos correspondentes bancários, aumento dos interstícios no plano de carreira para 6% e extensão do PCR para escriturários e caixas, volta das substituições, aumento no piso, fim

da trava de dois anos para transferências, diminuição das metas de produtos de seguridade no Sinergia, assinatura do acordo de combate ao assédio moral, entre outros, foram rejeitados pelos negociadores (ver quadro no verso).

Mas além de negar qualquer avanço, o banco ainda quer retirar direitos, se recusando a renovar a cláusula que diz respeito à necessidade dos três ciclos avaliatórios de desempenho insuficiente para a perda de comissão. Essa cláusula foi conquistada na greve de 2010, como forma de diminuir as pressões de descomissionamento.

Na realidade, os representantes do BB estão cumprindo à risca as orientações do Governo Federal e do Banco Central, de endurecer nas negociações e não repassar os ganhos de produtividade aos salários dos funcionários.

A direção do BB e o governo, com essa postura, querem empurrar todos para a greve. Os funcionários estão cansados de cobranças por metas e mais metas, mas não terem o reconhecimento nas negociações em setembro.

## Resposta do movimento sindical aos negociadores do BB

As matérias divulgadas pelo Banco do Brasil sobre a Negociação Coletiva, nos dias 14 e 15 de setembro, causaram grande revolta entre os trabalhadores do banco.

O Sr. José Roberto condenou a paralisação realizada pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba e região na CABB, afirmando que a atitude "seria até compreensível se não houvesse a predisposição para o diálogo por parte do banco". Lembramos ao Sr. José Roberto que, desde 2004, os problemas persistem na CABB e não há qualquer "predisposição ao diálogo" nesses sete anos. Pelo contrário, os

problemas somente se agravam, por medidas como a recente mudança na trava para o comissionamento nas agências, que prejudica de forma ainda mais acentuada os atendentes das Centrais. Vale ressaltar ainda que, ao contrário do que disse o Sr. José Roberto, não houve o "uso da força" para fechar a unidade, tendo em vista que temos o mais amplo apoio dos trabalhadores desta unidade em nossas ações.

**Intimidação** – Nessa mesma matéria, o banco quer intimidar os funcionários, dizendo que não irá assinar a cláusula de compensação dos dias parados na greve, antes mesmo de esgo-

tar as negociações e haver qualquer decisão por greve. Essa postura do BB demonstra que, ao invés de um verdadeiro diálogo, querem resolver essa negociação através do medo e da pressão. Mas os trabalhadores não cairão nessa chantagem e irão cobrar seus direitos.

**Boletim Pessoal** – O Sr. Carlos Neri apresentou uma série de avanços que ocorreram no banco nos últimos anos. Contudo, muitos desses itens nem sequer foram implantados ainda, como no caso do Sesmt, e outros são motivos de piada entre os funcionários, como o Comitê de Ética, o Plano Banguela da Odon-

toprev ou o Programa Pró-igualdade. Em relação aos incorporados, o banco fala em garantia de direitos, mas mantém os milhares de funcionários advindos do BESC e demais bancos sem a Cassi e a PREVI. Os aumentos salariais conseguidos nesses anos foram arrancados a duras penas em longas greves ou por medidas judiciais. Além do mais, os ganhos salariais ainda estão muito aquém do aumento da lucratividade da empresa, que foi de mais de 500% nesses últimos 8 anos. Chega de discurso: os funcionários querem respeito e o atendimento das reivindicações.

[www.bancariosdecuritiba.org.br](http://www.bancariosdecuritiba.org.br)

A comunicação entre você e o Sindicato: atualidades, informações, discussões. Finalmente, um lugar onde você tem voz.

facebook Bancários de Curitiba e região

twitter @bancariosctba

# Confira o resultado das principais questões debatidas com o BB nas negociações

**Emprego:** BB diz que não vai clausular contratações de mais funcionários.

**Terceirização e correspondentes bancários:** negado o fim da precarização do serviço bancário e do atendimento aos clientes.

**Jornada de 6 horas para todos:** negada a discussão na campanha salarial.

**Descomissionamento:** negado o fim da prática por conduta incompatível. BB se recusa a renovar a necessidade de 3 avaliações negativas para descomissionar.

**Integração do intervalo de 15 minutos na jornada dos escriturários e dos 20 minutos dos atendentes:** negado. O BB não vai discutir essa questão.

**Folga para prova de certificação:** negada.

**Estudo dentro da jornada:** negado.

**Horas extras:** fim do banco de horas e pagamento de 125% foram negados.

**Assédio moral:** o banco não vai discutir essas questões na campanha salarial e se recusa a aderir ao acordo assinado por todas as demais instituições financeiras do país.

**Substituições:** negada a volta de todas as substituições.

**Metas abusivas:** BB se recusa a discutir as metas de produtos de seguridade e demais itens do Sinergia.

**Cassi e Previ:** BB não negocia e argumenta que Cassi para todos não existe. O banco se comprometeu a realizar uma reunião para aprofundar os temas saúde e previdência de incorporados.

**Licença prêmio:** negada.

**Plano odontológico:** poderá ser

expandido no interior. O banco não se posiciona sobre a cobertura para aposentados. Não cogita passar para Cassi.

**Sesmt:** o banco já nomeou funcionários para engenharia e segurança e garante concurso para médicos, enfermeiros e auxiliares.

**Licença paternidade de 180 dias:** não houve resposta.

**Comissão:** o banco negou garantia de comissão após retorno da licença saúde.

**Fim da trava:** negado o fim da trava de 2 anos para transferências. O banco garantiu analisar uma alternativa para CABB e a trava para comissionamento na própria dependência.

**Transferências:** banco negou o fim das transferências unilaterais.

**PCR:** BB entende que a pontuação na carreira de mérito é só para comissões. Negado para caixas e escriturários. Negado melhor interstício.

**Aumento do interstício no Plano de Carreira para 6%:** negado.

**Melhoria no auxílio transporte:** negada.

**Melhorias para deslocamento noturno:** negadas.

**Adiantamento 13º salário:** negado.

**Aumento no piso:** negado.

**BB 2.0:** negado o fim da segmentação e da exclusão dos clientes com rendas inferiores.

**Benefícios:** BB vai manter cláusulas atuais e esperar negociação com a Fenaban.

## Plano de saúde

# Banco tenta inviabilizar Cassi

BB IGNORA NORMATIVOS DOS PLANOS DE SAÚDE E GERA IMPASSE NA CASSI

Os representantes do Banco do Brasil na direção da Cassi se recusam a se adaptar à resolução 254, da Agência Nacional de Saúde (ANS), que estabelece o cumprimento da Lei n. 9.656/98, sobre procedimentos médicos. Caso continue sem aderir a essa resolução, a Cassi não poderá receber novos beneficiários a partir de agosto de 2012.

“A ANS quer que todos os planos de saúde tenham que cumprir a lei. Se a Cassi não mi-

grar, o plano será fechado, pois não haverá novas adesões. Novos funcionários, portanto, não terão a Cassi neste mesmo modelo”, preocupa-se Ana Smolka, representante do Paraná na Comissão de Empresa.

Sem as novas adesões, a Cassi começa a se tornar inviável financeiramente, por ser um plano de autogestão e solidário. Além do mais, uma nova “casta” de funcionários seria criada a partir do próximo ano, sem a Cassi

ou com um plano diferente dos demais funcionários, o que já ocorre com incorporados do BNC e BESC.

O grande perigo é que alguns membros da diretoria do banco estejam querendo acabar com a Cassi para beneficiar algum plano privado de saúde, como já ocorreu com o Plano Odontológico com a parceria com a OdontoPrev. “Os planos de saúde do ‘mercado’ visam lucro, a saúde financeira

de seus acionistas e não a saúde das pessoas”, afirma Pablo Diaz, dirigente sindical do BB. Vale lembrar que os planos de saúde privados são campeões de reclamações e os seus donos estão entre as pessoas mais ricas do país.

É hora de dizer não à diretoria do banco e aos seus representantes na direção da Cassi, que agem com omissão ou com uma má intenção.

## Por que você deve se preocupar com o ataque à Cassi?

• Se mais ninguém puder aderir ao plano, que é de autogestão, ele encarece. Seria a falência deste modelo de plano da Cassi, como ocorreu no Plansfer, dos ferroviários (que está em extinção depois de anos sem novas adesões, pedindo socorro para o

Governo Federal, que não os atende).

• Caso o prazo não fosse prorrogado, a Resolução 254 da ANS tornaria a situação irreversível e o plano já estaria fechado.

• A Cassi não tem voto de minerva, como na Previ (em que o banco decide as polêmicas).

Na Cassi, a votação entre diretores eleitos pelos funcionários (4) e indicados pelo banco (4) sempre empata e é preciso negociar para decidir. Nem os eleitos, nem o BB têm maioria. Porém, quando uma votação empata, não acontece a decisão de fato (como neste caso,

em que o banco não se pronunciou sobre aderir para cumprir a Lei n. 9.656/98).

• Os conselheiros, eleitos pelos associados, querem migrar para se submeter à legislação e manter o plano como ele é. O risco de não assinar é o sucateamento do plano.

Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Curitiba e região

Av. Vicente Machado, 18 - 8º andar • Fone: (41) 3015-0523 • Fax: (41) 3322-9867 • Presidente: Otávio Dias • Sec. de Imprensa: André Machado • Conselho Editorial: Ana Smolka, André Machado, Carlos Alberto Kanak, Genésio Cardoso, Eustáquio Moreira e Otávio Dias • Jornalista responsável: Renata Ortega (8272/PR) • Redação: Paula Padilha, Flávia Silveira e Renata Ortega • Diagramação e Arte final: Fabio Souza e Mariana Kaminski • Impressão: Multigraphic • Tiragem: 2.000 exemplares • [sindicato@bancariosdec Curitiba.org.br](mailto:sindicato@bancariosdec Curitiba.org.br) • [www.bancariosdec Curitiba.org.br](http://www.bancariosdec Curitiba.org.br)